

Subdesenvolvimento em marcha



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

Mesmo após 26 anos de negociações, os líderes europeus pediram ainda mais um mês com objetivo de discutir, entre si, as condições finais para referendar o acordo com os países do Mercosul, o famoso e discutido tratado de livre comércio que seria assinado, com grande pompa, neste final de semana, em Foz do Iguaçu. Franceses e italianos se declararam contra o tratado, enquanto a maioria dos europeus pretende assinar o documento. Os alemães querem o acordo para abrir uma janela de oportunidades comerciais para o bloco europeu estrangido pelos russos, de um lado, e pelos norte-americanos, de outro. E os chineses olhando para avançar no momento certo.

Se o tratado for assinado, serão 722 milhões de consumidores integrados em um único mercado. Os europeus terão frutas, verduras e carnes melhores e mais baratas. Deste lado do Atlântico, os produtos industriais poderão conhecer novos e maiores mercados. É positivo para os dois lados. Cria correntes de comércio, obriga a concorrência a tratar bem o consumidor e aperfeiçoa os canais de comunicação entre os dois blocos. Moderniza os dois lados. Na França e na Itália, a agricultura é fartamente subsidiada e pouco produtiva. Seus agentes temem a concorrência com soja, milho e carne produzidos na América do Sul.

Na realidade, franceses e italianos revelam antigos preconceitos. É difícil para um francês

admitir que a carne produzida na América do Sul é tão saborosa e mais barata do que aquela produzida nos campos do país. O mesmo distanciamento se coloca para os agricultores italianos. Eles não podem admitir que serão superados por latinos, que produzem em campos que, segundo eles, foram conquistados na devastação da Amazônia. Eles misturam todos os argumentos de propósito para confundir seu eleitorado.

Lula esbraveja, mas sua irritação não movimenta um músculo da face dos que se recusam a assinar o tratado de livre comércio. O Brasil já se acostumou a perder tempo e a deixar passar grandes oportunidades. Em 15 de agosto de 1974, durante o governo militar do presidente Ernesto Geisel, o Brasil reconheceu a República Popular da China, rompeu seus laços anteriores com Taiwan, República da China. O chanceler Azeredo da Silveira foi chamado de “chancelerzinho vermelho”, e o presidente Geisel foi acusado de governar para os comunistas pelos mesmos militares de extrema-direita que tentaram promover o golpe de Estado no 8 de Janeiro. O produto interno bruto chinês, na época, era avaliado em US\$ 144 milhões. O do Brasil, era várias vezes maior.

Reconhecer o regime socialista foi o primeiro e corajoso passo para abrir uma enorme porta no sistema de trocas nacional. Hoje, a China é o maior parceiro comercial do Brasil, superando com ampla vantagem os Estados Unidos. Foi esse detalhe que permitiu ao presidente Lula falar de igual para igual com Donald Trump. O Brasil não foi asfixiado pelas tarifas exorbitantes decretadas por Washington. Foi um ponto positivo. Dos poucos avanços ocorridos no país nos últimos 40/50 anos.

O Brasil perdeu oportunidades relevantes nos últimos anos. Exemplo doloroso vem da educação. O mesmo partido está no poder no

país há mais de duas décadas, sempre praticou o discurso de defesa da educação, mas fez muito pouco para reduzir analfabetismo ou massificar o ensino superior. É preciso ter referências para entender o abismo das oportunidades perdidas. O Vietnã, pequeno país no sudeste asiático, enfrentou guerras pesadas contra a França e os Estados Unidos. Venceu as duas. Unificou o país. É um regime socialista, no estilo chinês, que privatizou empresas estatais, investiu em educação e no comércio exterior.

Hoje, é uma das economias que mais crescem no mundo. Só agora, depois que Trump colocou o Brasil contra a parede, os negociadores brasileiros decidiram abrir negociações comerciais com aquele país. Mesmo fenômeno aconteceu com a Índia, país mais populoso no mundo, com 1,4 bilhão de pessoas. A sociedade é dividida em castas, o que é um problema. Mas eles contornaram as dificuldades e caminham para chegar ao terceiro lugar entre as maiores economias do mundo.

O Brasil está tentando, neste momento, lançar um foguete sul-coreano na base de Alcântara, no Maranhão. Há mais de 10 anos, aquela base está abandonada. O esforço na área aeroespacial foi perdido, depois de um incêndio. O país está começando, de novo, nesse setor. Enquanto isso, europeus e asiáticos lançam seus produtos no espaço, e os norte-americanos tentam chegar a Marte. O governo do Brasil está olhando os foguetes passarem sobre nossas cabeças. O país não tem sequer capacidade de colocar um satélite em órbita. Mas o Parlamento continua discutindo temas tão relevantes quanto a dosimetria das penas ou as verbas secretas que abastecem sibiritas em vários pontos do país. Eles garantem o desenvolvimento do subdesenvolvimento nacional. Nada acontece por acaso.



Os pilares da violência doméstica e a urgência de desmontar uma cultura que mata



» DOUTORA JANE KLEBIA
Deputada distrital

Falar de violência doméstica no Brasil é falar de uma estrutura social que ainda sustenta, sem pudor, a falsa superioridade masculina. Uma cultura que atravessa gerações, molda comportamentos, silencia mulheres e autoriza — de forma explícita ou silenciosa — que homens ajam com brutalidade quando são contrariados.

Mas é também falar sobre racismo. Porque, neste país, ser mulher já é fator de risco — e ser mulher negra é estar, estatisticamente, nas margens onde a violência é mais frequente, mais severa e mais invisibilizada.

A verdade é simples e incômoda: a violência doméstica não nasce do nada. Ela é construída. É fruto de um modelo de masculinidade baseado no mando, no controle e na convicção de que a mulher existe em posição inferior. Quando essa mulher é negra, essa inferiorização é ainda mais profunda, sustentada por séculos de desigualdade racial.

Os exemplos recentes mostram o quanto essa lógica é mortal. Um homem matou duas mulheres porque não aceitava receber ordens de chefes mulheres. Outro passou o carro por cima da ex-companheira, deixando-a sem as pernas, como se o corpo dela fosse descartável diante de

sua frustração. No Distrito Federal, uma militar do Exército foi assassinada a facadas e queimada dentro do quartel, vítima da violência de um colega que jamais aceitou sua autonomia e seu lugar profissional.

Esses crimes não são exceções. São sintomas de um país onde homens ainda se sentem autorizados a punir mulheres que ousam dizer “não”. E, quando olhamos para quem mais morre, a desigualdade racial salta aos olhos: a cada 10 mulheres assassinadas no Brasil, sete são negras. Esse dado, reiterado pelo *Atlas da Violência*, escancara que a violência doméstica tem cor e é atravessada pelo racismo estrutural.

Vivemos numa sociedade que educa meninas para agradar e obedecer, enquanto ensina meninos a dominar e não demonstrar fragilidade. Para meninas negras, essa lógica vem acompanhada de outro peso: o da desumanização histórica, da hiper-responsabilização e da ideia de que precisam suportar mais e reclamar menos. Na vida adulta, isso se traduz em maior desemprego, informalidade e salários menores, o que amplia a vulnerabilidade e dificulta a ruptura com o agressor.

O resultado é devastador: homens que não sabem lidar com frustração e mulheres negras expostas a um ciclo de violência agravado pela exclusão social. Essa formação emocional mutilada não é destino — é escolha social. E, por isso, pode, e deve, ser transformada.

É urgente investir em educação para igualdade de gênero desde a infância, ensinando respeito, empatia e limites. Uma educação que deixe claro que mulher não é propriedade e que corpos negros têm pleno valor e dignidade.

Famílias, escolas, igrejas, governo e mídia precisam assumir corresponsabilidade. Não há política pública suficiente se a sociedade continuar naturalizando a violência e ignorando que as mulheres negras são as maiores vítimas.

No Distrito Federal, avançamos com políticas estruturantes — como o Na Hora Mulher, o fortalecimento da rede de proteção, o incentivo à autonomia econômica e a ampliação de serviços especializados. Mas, como delegada e como parlamentar, sei que leis e equipamentos públicos não bastam se não enfrentarmos o verdadeiro alicerce da violência: o machismo estrutural que forma homens incapazes de reconhecer a humanidade das mulheres — e o racismo estrutural que insiste em negar dignidade plena às mulheres negras.

Violência doméstica é epidêmica. É política. É estrutural. É racial. E, enquanto não mexermos nos pilares culturais que sustentam essa lógica — a posse, o controle, a misoginia, o racismo, a naturalização do sofrimento feminino —, continuaremos enterrando mulheres que ousaram existir fora do papel que lhes foi imposto.

Enquanto não desmontarmos esses pilares, seguiremos enterrando mulheres que ousaram existir fora do papel imposto. O Brasil precisa escolher entre conviver com números de guerra ou reeducar sua sociedade para que mulheres — especialmente as mulheres negras — possam viver sem medo, amar sem risco e liderar sem punição.

Eu sigo ao lado de cada uma delas. Porque proteger mulheres não é apenas um dever institucional — é um compromisso moral com o país que queremos construir.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

O que dizem os astros

Desde a Antiguidade, o ser humano ergue os olhos ao céu em busca de sentido. Não apenas para medir o tempo, orientar colheitas ou navegar mares, mas para decifrar, nos movimentos silenciosos dos astros, algum reflexo do próprio destino. Parece que o que as estrelas mostram é um período de rupturas, revoluções e transformações profundas. Um tempo em que estruturas antigas ruiriam para dar lugar a algo novo, ainda indefinido.

Para além de se crer ou não nas estrelas, é inegável que, desde então, o mundo parece ter entrado numa fase de instabilidade contínua, quase febril. A economia global tornou-se mais concentrada e, paradoxalmente, mais frágil. Crises financeiras se sucedem em intervalos cada vez menores, como se o sistema estivesse permanentemente à beira de um colapso anunciado. Estados nacionais perdem soberania diante de organismos supranacionais, fundos de investimento e corporações que operam acima das fronteiras, das leis locais e, muitas vezes, da própria vontade popular.

Nesse cenário, emerge o discurso do globalismo, apresentado como solução técnica e inevitável para problemas planetários, mas percebido por amplas parcelas da população como um projeto político que dilui identidades, relativiza tradições e redefine valores sem consulta democrática efetiva.

É nesse caldo que florescem as chamadas agendas globais, entre elas a Agenda 2030, envolta em linguagem tecnocrática, metas abstratas e conceitos amplos o suficiente para acomodar múltiplas interpretações. Para seus defensores, trata-se de um esforço racional de coordenação internacional; para seus críticos, um conjunto de diretrizes que, sob o pretexto de sustentabilidade e inclusão, impõe modelos culturais, econômicos e sociais alheios às realidades locais.

A tensão entre esses dois olhares é um dos motores da polarização que hoje atravessa quase todas as sociedades ocidentais. Nas ruas, essa fratura se manifesta de forma ruidosa. Movimentos identitários e novas formas de ativismo moral ocupam espaços públicos, universidades, empresas e meios de comunicação, reivindicando não apenas direitos, mas a reinterpretção integral da história, da linguagem e até da biologia.

Em reação, surgem grupos igualmente radicalizados que veem nessas pautas uma ameaça direta à civilização ocidental, à liberdade de expressão e à continuidade cultural. O diálogo cede lugar ao confronto simbólico; o dissenso, à rotulação moral. A política deixa de ser o campo da negociação possível e passa a operar na lógica do “nós contra eles”.

A Europa talvez seja o palco mais visível dessa encruzilhada histórica. Berço de Estados-nação, tradições seculares e identidades bem definidas, o continente enfrenta hoje dilemas que tocam o seu próprio núcleo civilizacional. O multiculturalismo, vendido por décadas como ideal de convivência harmoniosa, revela fissuras profundas quando culturas com valores incompatíveis passam a coexistir sem mecanismos claros de integração. O resultado, em muitos casos, não é a síntese cultural, mas a fragmentação social, a formação de guetos e o aumento de tensões étnicas, religiosas e políticas.

Não surpreende, portanto, que alguns analistas falem, ainda que metaforicamente, em uma “nova cruzada”. Não uma guerra de exércitos formais, mas um conflito difuso, cultural e simbólico, entre visões de mundo inconciliáveis. De um lado, um Ocidente que parece envergonhado de si mesmo, disposto a desconstruir os próprios fundamentos; de outro, forças externas e internas que não compartilham dessa autocritica e avançam com convicções sólidas, muitas vezes inegociáveis.

No campo de batalha não são apenas territórios, mas escolas, tribunais, mídias e consciências. É nesse ponto que a antiga máxima hermética ressurge com força provocadora: “Assim como é embaixo é em cima”. A frase sugere uma correspondência entre o macrocosmo e o microcosmo, entre o céu e a terra, entre as ordens superiores e a realidade concreta.

Lida literalmente, remete à ideia de que os movimentos dos astros influenciam os destinos humanos. Lida simbolicamente, talvez diga algo ainda mais inquietante: o caos que percebemos nas instituições, na política e nas relações sociais pode ser o reflexo ampliado do caos interior de uma civilização que perdeu seus referenciais.

Vivemos uma era de informação abundante e sabedoria escassa. Nunca se produziu tanto conhecimento técnico, nunca se falou tanto em progresso, direitos e inovação. Ainda assim, nunca foi tão difícil responder a perguntas básicas: O que é o bem comum? O que é verdade? O que significa ser humano? A dissolução dessas respostas cria um vazio que é rapidamente preenchido por ideologias totalizantes, promessas de salvação secular e narrativas que dividem o mundo entre iluminados e retrógrados, vítimas e opressores.

Parece que o que mostram as estrelas passa da desconstrução acelerada sem a construção de algo sólido em seu lugar. É a história que nos ensina que períodos assim são férteis tanto para avanços extraordinários quanto para colapsos civilizacionais. Nada está determinado, seja pelos astros, ou seja pelas agendas humanas. O futuro continuará a ser escrito, não no céu, mas nas escolhas concretas feitas aqui embaixo.

Antes de buscar no firmamento a causa de nossos dilemas, talvez seja necessário encarar o espelho da própria civilização e perguntar se ainda sabemos quem somos, o que defendemos e até onde estamos dispostos a ir para preservar aquilo que chamamos de humano.

» A frase que foi pronunciada

“Os movimentos populares anunciaram uma nova era na política de Taiwan.”

Ko Wen-je

» História de Brasília

O IAPC iniciou o serviço de dedetização dos seus blocos nas superquadras 106, 306 e Asa Norte. (Publicada em 13/5/1962)